PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Ciências Contábeis com Ênfase em Controladoria

Gabriela Fernanda da Conceição

Gustavo Oliveira Silva

João Paulo de Barros Carvalho

Kelly Ferreira Lopes

A AVALIAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA MENSURAÇÃO DAS DEMOSTRAÇÕES INTERMEDIARÍAS PARA A TOMADA DE DECISÕES: Um estudo acerca do Banco do Brasil S. A.

Belo Horizonte

2014

Gabriela Fernanda da Conceição
Gustavo Oliveira Silva
João Paulo de Barros Carvalho
Kelly Ferreira Lopes

A AVALIAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA MENSURAÇÃO DAS DEMOSTRAÇÕES INTERMEDIARIÁS PARA A TOMADA DE DECISÕES: Um estudo acerca do Banco do Brasil S. A.

Trabalho Interdisciplinar apresentado ao curso de Ciências Contábeis com Ênfase em Controladoria – Unidade Barreiro, como requisito parcial para aprovação nas disciplinas do 5º período.

Professores: Glaison Lima Rodrigues
Jose Guilherme Chaves Alberto
Messias Antonio da Silva
Rodrigo Lopes Ruas

Belo Horizonte
2014

Você nunca sabe que resultados virão da sua ação,

Mas se você não fizer nada, não existirão resultados.

(Mahatma Gandhi, 2014)

RESUMO

Este trabalho tem como foco principal verificar as informações relevantes que foram apresentadas nas demonstrações intermediárias, bem como verificar como são divulgadas essas informações de acordo com o CPC 21 (R1) na empresa Banco do Brasil S/A. A primeira parte deste trabalho foi desenvolvida com base em pesquisa documental e bibliográfica, com a finalidade de entender melhor sobre os conceitos de todas as demonstrações intermediárias e principalmente buscar o entendimento de como as demonstrações intermediárias influenciam na tomada de decisão de investidores e acionistas, sendo que todas as informações coletadas desta parte foram de carácter teórico. Na segunda parte deste trabalho, foram mencionados quais foram os procedimentos metodológicos utilizados para que a pesquisa fosse realizada, e por fim a análise de dados foi feita com base nas Demonstrações e notas explicativas divulgadas pela empresa Banco do Brasil, onde foi feita uma confrontação e comparação das informações divulgadas, com base nas orientações do CPC 21 (R1). Ao fim deste trabalho conclui-se que as demonstrações intermediárias possuem uma grandiosa importância, pois é através dela que os interessados externos possuem condição de avaliar se vale ou não a pena fazer investimentos, informações mais completas são fornecidas nas demonstrações anuais, porém o investidor não pode ficar por um longo período de tempo a espera das informações daí a necessidade de informação dos acontecimentos relevantes com o período de tempo menor.

Palavras-chave: Demonstrações intermediárias. Relevância das informações. CPC 21 (R1).

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Custo/Benefício da conduta imoral e ilegal do profissional..... 13
FIGURA 2 - Balanço Patrimonial..... 14
FIGURA 3 - Demonstração do Resultado do Exercício..... 16
FIGURA 4 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)..... 17
FIGURA 5 – Balanço Patrimonial Banco do Brasil 2013..... 32
FIGURA 6 – Balanço Patrimonial Consolidado Banco do Brasil 2013..... 32
FIGURA 7 – Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa 2013..... 33
FIGURA 8 – Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa 1° Trimestre 2014..... 33
FIGURA 9 - Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis..... 35
FIGURA 10 - Partes Relacionadas..... 36
FIGURA 11 – Carteira por níveis de Risco e Prazos de Vencimento..... 38
FIGURA 12 – Qualidade dos Ativos..... 38

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Alíquotas incidentes sobre os tributos pagos..... 36
TABELA 2 - Demonstração consolidada do valor adicionado..... 37

LISTA DE SIGLAS

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

DFC – Demonstração dos Fluxos de caixa

IAS - International Accounting Standard

IFAC - *International Federation of Accontants*

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 9
1.1 Contextualização..... 9
1.2 Problema..... 9
1.3 Objetivos..... 9
***1.3.1 Objetivo Geral*..... 9**
***1.3.2 Objetivos Específicos*..... 9**
1.4 Justificativa..... 10

2 REFERENCIAL TEÓRICO..... 11
2.1 Relevância da Informação Contábil..... 11
2.2 A ética na informação contábil..... 12
2.3 Demonstração Intermediária: Conceitos e Implicações..... 13
2.3.1 *Balanço Patrimonial*..... 14
***2.3.2 Demonstrações do resultado*..... 15**
***2.3.3 Demonstração das mutações do patrimônio líquido do período*..... 16**
***2.3.4 Demonstração dos fluxos de caixa do período*..... 18**
***2.3.5 Notas explicativas*..... 19**
***2.3.6 Demonstração do resultado abrangente do período* 19**
2.4 Requisitos mínimos da demonstração contábil intermediária..... 20
***2.4.1 Período de divulgação das demonstrações contábeis intermediarias*..... 20**
***2.4.2 Entidade que divulga ou publica demonstrações contábeis intermediárias semestralmente*..... 21**
***2.4.3 Entidade que divulga ou publica demonstrações contábeis intermediárias trimestralmente*..... 21**
***2.5* Receita ocorrida sazonalmente, ciclicamente ou ocasionalmente 23**
2.6 Princípios de reconhecimento e mensuração..... 23
2.7 Uso da estimativa..... 24
2.8 Tipos de orçamento no planejamento bancário..... 24
***2.8.1 Orçamento de vendas*..... 25**
***2.8.2 Orçamento de caixa*..... 25**
***2.8.3 Orçamento de despesa administrativa e vendas*..... 26**
2.9 Tipos de empréstimos..... 26
2.10 Obrigações tributárias das instituições bancárias..... 27

3 METODOLOGIA..... 29
3.1 Tipos de pesquisa..... 29

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS..... 31
4.1 Empresa..... 31
4.2 Diferenças de reconhecimentos das demonstrações anuais para demonstrações intermediárias..... 31
4.3 Eventos e transações significativas..... 33
4.4 Impactos dos tributos na receita operacional do Banco do Brasil..... 36
4.5 Classificação das operações de crédito em função do risco 37
4.6 Ética conceitos e aplicações do Banco do Brasil..... 39

5 CONCLUSÃO..... 40

REFERÊNCIAS..... 41

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Hoje em dia pode-se verificar uma grande dificuldade que as empresas encontram no que se refere a veículos que auxiliem na tomada de decisão, como alternativas para vencer os obstáculos financeiros. Nesse sentido a contabilidade contribui substancialmente de modo a facilitar o processo decisório, fornecendo informações relevantes através da contabilidade.

Segundo Marion (2012) a contabilidade tem como propósito promover aos gestores, diretores, gerentes, administradores e todos os interessados, informações úteis que servirão para o gerenciamento e suporte para o processo decisório, esse processo decisório tem como ponto de partida as demonstrações contábeis que são produzidas a partir da contabilidade. São grandes as ferramentas para planejar e controlar, de forma a evidenciar as informações referentes à situação patrimonial, econômica e financeira de uma organização.

1.2 Problema

Tendo em vista as discussões e o entendimento a respeito das demonstrações intermediárias e visando contribuir para o melhor entendimento do tema, surge a seguinte pergunta de pesquisa: Qual a importância da aplicabilidade do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) 21 para a análise das informações contábeis na tomada de decisão?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Identificar a aplicabilidade do CPC 21 (R1) na mensuração dos elementos patrimoniais do Banco do Brasil a fim de verificar como se dá a aplicabilidade das demonstrações intermediárias nos seus relatórios.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar pontos relevantes indicados pelo CPC nas demonstrações intermediárias do Banco do Brasil;
- Verificar as demonstrações apresentadas.

1.4 Justificativa

Tendo em vista que o cenário brasileiro de contabilidade está em constante mudança, para se adequar as normas internacionais, esta pesquisa justifica-se a fim de esclarecer a importância da publicação das orientações do CPC 21 (R1), através disso buscamos abordar termos inerentes ao assunto proporcionando aos estudantes, profissionais da área e demais interessados a compreensão da importância das demonstrações intermediárias.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Relevância da Informação Contábil

A contabilidade surgiu em função da necessidade de controle do patrimônio, contudo com a formação de grandes empresas a contabilidade passou a ser de interesse de grupos cada vez maiores como, por exemplo, acionista, fornecedores, gestores, banqueiros entre outros. Isso ocorreu pelo fato das empresas terem se tornado assunto de relevante interesse social. Com isso a contabilidade surgiu para atender as necessidades e responder as dúvidas de seus usuários.

Segundo Marion (2012) a contabilidade é uma ciência que busca gerar informações de qualidade que possam ser usadas no processo decisório das empresas, ajudando os usuários internos e externos a conhecerem os dados econômico-financeiros das instituições, contudo a sua utilidade está diretamente ligada com o grau de confiabilidade e consistência das informações.

No âmbito interno das empresas, as informações contábeis são essenciais, pois nelas que são fundamentadas as tomadas de decisões no processo de gestão. Já no âmbito externo existem os interesses financeiros e os principais interessados pelo desempenho da gestão são investidores, gestores, governo, instituições financeiras, dentre outros.

O principal objetivo a ser atingido pelas informações contábeis ressaltadas por Goulart é:

> "[...] é promover informação útil para a avaliação das decisões empresariais passadas, e dos métodos utilizados nestas decisões. A avaliação, no caso, possui duas faces: (1) avaliação pela gestão, com o objetivo de tomar melhores decisões possíveis de ação em um futuro incerto; (2) avaliação da gestão ou, mais amplamente, do desempenho da empresa, por acionistas, credores (incluindo bancos), agências governamentais de regulação e outros usuários externos interessados, de maneira que possa também realizar melhores julgamentos a respeito às atividades da empresa." (GOULART, 2003 p.54)

Segundo Marion "[...] a contabilidade pode ser considerada como um sistema de informação destinado a prover seus usuários de dados para ajudá-los a tomar decisão". (MARION 2012, p. 27)

Como forma de gerar informações, a contabilidade se apoia em suas demonstrações, que permitem uma análise mais detalhada da situação atual da empresa.

De acordo com a deliberação 488 da Comissão de Valores Mobiliários:

> As demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por

> uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados. Para atingir esse objetivo, as demonstrações contábeis fornecem informações sobre os seguintes aspectos de uma entidade:
> a. Ativos;
> b. Passivos;
> c. Patrimônio líquido;
> d. Receitas, despesas, ganhos e perdas; e
> e. Fluxo financeiro (fluxos de caixa ou das origens e aplicações de recursos). (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2005).

2.2 A ética na informação contábil

Segundo Parisi (2011) o ser humano na sua convivência social se depara com interesses singulares, assim por diversas vezes interesses próprios entram em conflito com interesses da coletividade, fazendo com que haja conflitos e necessidade de normas que regulamentem o comportamento das pessoas envolvidas no grupo. Como forma de minimizar os conflitos as sociedades estabelecem normas que devem ser seguidas até mesmo porque muitas das aspirações pessoais dos indivíduos só podem ser alcançadas com o convívio em grupo, grupo este que demanda o enquadramento das ações dos indivíduos a um conjunto de regras.

Parisi (2011) afirma também que como em diversas de outras profissões não só no Brasil mais em todos os países a profissão contábil é regulamentada com direitos e obrigações recíprocas entre órgãos da classe e o estado. Sendo assim várias características são atribuídas ao contador – alguns princípios morais foram estabelecidos pela IFAC (*International Federation of Accontants)* sendo eles:

a) Integridade: Ser direito e honesto;

b) Objetividade: Não permitir que os preconceitos, conflitos de interesse substitua julgamentos profissionais;

c) Competência profissional e diligência: Manter o conhecimento e habilidade profissional no nível para garantir que o cliente ou empregador receba os melhores serviços;

d) Confidencialidade: Respeitar a confidencialidade das informações, não divulgando informações sem prévia autorização, sendo que a única restrição está no dever de expor condutas ilegais;

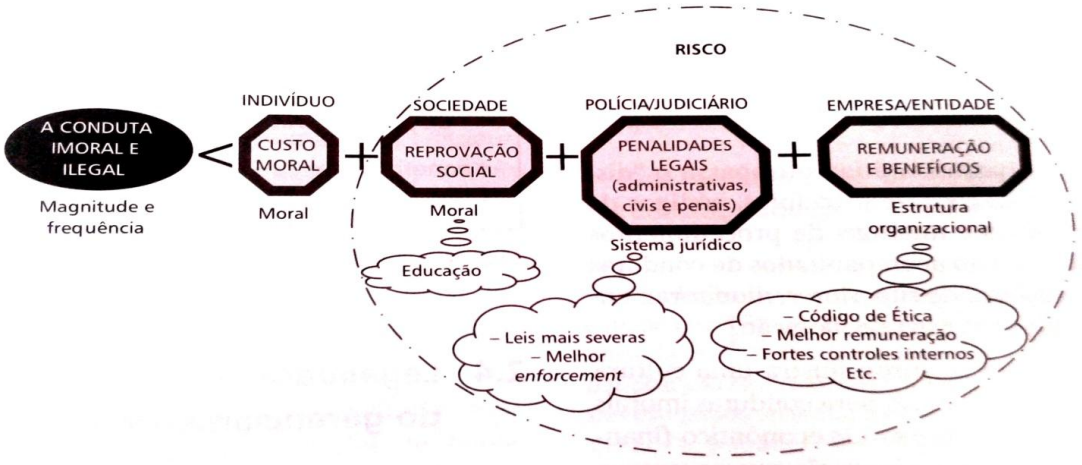
e) Comportamento profissional: Cumprir as leis e regulamentações pertinentes a evitar que se desqualifique a profissão.

Outra forma de regulamentação da profissão contábil é a resolução do CFC nº 803/1996 que trata do código de ética, código este que representa um conjunto de práticas de comportamentos que devem ser seguidos para que não haja penalidades.

Tendo em vista as ações que são aceitáveis na profissão e levando em consideração a empresa estudada, levanta-se o questionamento se é correto a cobrança de juros muitas das vezes abusivos da sociedade, de pessoas que não possuem condição de pagar, fazendo com que o seu orçamento fique prejudicado.

Muitas das vezes as empresas a fim de atingir orçamentos já estabelecidos, forçam clientes a adquirir produtos que não estão dentro da sua realidade, econômica e social, produtos estes que possuem juros que não são bem esclarecidos aos seus clientes, não agindo corretamente de acordo com o seu próprio manual de condutas éticas, ou seja pratica algo que ele mesmo repugna.

Figura 1 – Custo/Benefício da conduta imoral e ilegal do profissional



Fonte: Adaptado de Parisi, 2011

2.3 Demonstração Intermediária: Conceitos e Implicações

De acordo com o Manual de normas Internacionais (2010) a *IAS* (International Accounting Standard) 34 é aplicável quando os órgãos normatizadores exigem a divulgação de informações financeiras em períodos inferiores a um ano, no Brasil por força maior da CVM a frequência das informações é trimestral.

Conforme o Manual de normas Internacionais a *IAS* 34 o "[...] objetivo principal das demonstrações é proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações que tenham características de atualização das informações contidas no último conjunto de

informações completas". (MANUAL DE NORMAS INTERNACIONAIS A IAS 34 2010, p. 399). Assim o foco das demonstrações financeiras intermediárias é a mensuração, é a evidenciação das novidades relevantes e não na repetição das informações já divulgadas anteriormente.

2.3.1 *Balanço Patrimonial*

De acordo com Marion (2009) o Balanço Patrimonial é o relatório mais importante elaborado pela contabilidade. Pode se identificar através dele a situação financeira e econômica da empresa no fim do ano ou em qualquer data prefixada. Ele é constituído por ativo, passivo e patrimônio líquido.

O Balanço Patrimonial é dividido em duas colunas: a do lado esquerdo denominada ativo onde Marion definiu como "[...] conjunto de bens e direitos controlado pela empresa. São itens positivos do patrimônio; trazem benefícios, proporcionam ganho para a empresa". (MARION, 2009 p.57).

A do lado direito denominado passivo que ao contrário do ativo dá uma ideia de negativo "[...] significa as obrigações exigíveis da empresa, ou seja, as dívidas que serão cobradas, reclamadas a partir da data de seu vencimento". (MARION, 2009 p.58)

Ainda do lado direito encontra se o patrimônio líquido onde Marion (2009) define por representar o total das aplicações dos proprietários da empresa. O patrimônio líquido é chamado de recurso próprio ou capital próprio, ou seja, são recursos pertencentes à própria empresa até o seu encerramento. Na extinção da empresa os recursos seriam devolvidos aos proprietários.

O Balanço Patrimonial é dividido em grupo de contas, de características semelhantes, facilitando assim sua leitura, interpretação e análise. Segue abaixo figura que demonstra a estrutura de um Balanço Patrimonial:

Figura 2: Balanço Patrimonial

ATIVO	PASSIVO
Circulante Compreende contas que estão constantemente em giro – em movimento. Sua conversão em dinheiro ocorrerá no máximo até o próximo exercício social. **Não Circulante** Compreende todas as contas do Ativo que não tenham seus recebimentos marcados até o próximo exercício social ou que não estão a	**Circulante** Compreende obrigações exigíveis que serão liquidadas no próximo exercício social: nos próximos 365 dias após o levantamento do balanço. **Não Circulante** Compreende todas as contas do Passivo que não tenham seus pagamentos marcados até o próximo exercício social.

venda. ➢ **Realizável a Longo Prazo** Incluem se nessa conta bens e direitos que se transformarão em dinheiro após o exercício seguinte. ➢ **Investimento** São aplicações de caráter permanente que geram rendimentos não necessários à manutenção da atividade principal da empresa. ➢ **Imobilizado** Abarca itens (bens corpóreos) de natureza permanente que serão utilizados para manutenção da atividade básica da empresa e as decorrentes de operações que transfiram à empresa os benefícios, riscos e controle desses bens. ➢ **Intangível** São direitos que tenham por objetivos bens corpóreos, isto é, que não podem locar, destinados a manutenção da empresa ou exercidos com essa finalidade.	➢ **Exigível a Longo Prazo** Relacionam se nessa conta obrigações exigíveis que serão liquidadas com o prazo superior a um ano – dívidas a longo prazo. **Patrimônio Líquido** São recursos dos proprietários aplicados na empresa. Os recursos significam o capital mais o seu rendimento – lucros e reservas. Se houver prejuízo, o total dos investimentos dos proprietários será reduzido.

Fonte: Marion, Jose Carlos 2011 p. 78

2.3.2 Demonstrações do resultado

As entidades devem apresentar todos os itens de receitas e despesas reconhecidas no período uma das formas é através da demonstração de resultado do período. Onde segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 26 deve no mínimo, incluir as seguintes rubricas:

> A demonstração do resultado do período deve, no mínimo, incluir as seguintes rubricas, obedecidas também as determinações legais:
> (a) receitas;
> (b) custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos;
> (c) lucro bruto;
> (d) despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais;
> (e) parcela dos resultados de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial;
> (f) resultado antes das receitas e despesas financeiras

> (g) despesas e receitas financeiras;
> (h) resultado antes dos tributos sobre o lucro;
> (i) despesa com tributos sobre o lucro;
> (j) resultado líquido das operações continuadas;
> (k) valor líquido dos seguintes itens:
> (i) resultado líquido após tributos das operações descontinuadas;
> (ii) resultado após os tributos decorrente da mensuração ao valor justo menos despesas de venda ou na baixa dos ativos ou do grupo de ativos à disposição para venda que constituem a unidade operacional descontinuada.
> (l) resultado líquido do período. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC 26)

Marion (2009) afirma que as contas só podem ser classificadas em duas demonstrações: ou elas são classificadas no balanço patrimonial ou nas demonstrações do exercício.

Segue abaixo tabela que demonstra a estrutura da demonstração de resultado:

Figura 3: Demonstração do Resultado do Exercício

DISCRIMINAÇÃO
RECEITA BRUTA
(-) Deduções
RECEITA LÍQUIDA
(-) Custo das Vendas ou dos Serviços
LUCRO BRUTO (OU PREJUÍZO)
(-) Despesas Operacionais
De vendas
Administrativas
Financeiras (deduzida a Receita)
Outras Despesas ou Receitas Operacionais
LUCRO OPERACIONAL (OU PREJUÍZO)
Receitas não Operacionais
(-) Despesas não Operacionais
( ) Ganhos/Perdas
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA
(-) Provisão para o Imposto de Renda
LUCRO DEPOIS DO IMPOSTO DE RENDA (OU PREJUÍZO)
(-) Participações de Empregados e/ ou Administração
(-) Contribuições e Doações
LUCRO LÍQUIDO (OU PREJUÍZO)
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Fonte: Marion, José Carlos 2009 p.137

2.3.3 Demonstração das mutações do patrimônio líquido do período

De acordo com Padoveze (2011) as demonstrações de mutações do patrimônio líquido têm por finalidade demonstrar todos os valores que alteram conta por conta do Patrimônio

Líquido, a fim de mostrar aos sócios e acionistas o que ocorreu com a riqueza efetiva da empresa e deles também.

Segundo o Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC PME as informações que devem ser apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido são:

> A entidade deve apresentar a demonstração das mutações do patrimônio líquido contendo:
> (a) o resultado e os outros resultados abrangentes do período, demonstrando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e a participação dos não controladores;
> (b) para cada componente do patrimônio líquido, os efeitos da aplicação retrospectiva ou correção retrospectiva reconhecida de acordo com a Seção 10 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
> (c) para cada componente do patrimônio líquido, a conciliação entre o saldo no início e no final do período, evidenciando separadamente as alterações decorrentes:
> (i) do resultado do período;
> (ii) de cada item dos outros resultados abrangentes;
> (iii) dos valores de investimentos realizados pelos proprietários, e dividendos e outras distribuições para eles, demonstrando separadamente ações ou quotas emitidas, de transações com ações ou quotas em tesouraria, de dividendos e outras distribuições aos proprietários, e de alterações nas participações em controladas que não resultem em perda de controle. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC PME)

Segue abaixo tabela que demonstra a estrutura da demonstração das mutações do patrimônio líquido:

Figura 4: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Movimentações	**Capital Realizado**	**Ágio na Emissão de Ações**	**Incentivos Fiscais**	**Reserva de Lucro**					**Lucros Acumulados**	**total**
				Legal	**Estatutária**	**p/ Contingência**	**Orçamentária**	**Lucros a Realizar**		
Saldo no início do período	-	-	-	-	-	-			-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-			-	-
Aumento de Capital						-			-	-
Reversão de Reservas									-	
Lucro Líquido do Exercício									-	-
Proposta da Administraçao										
Reserva Legal					-				-	
Reserva Estatutária						-			-	
Reserva p/ Contingências							-		-	
Reserva Orçamentária								-	-	
Reserva Lucros a Realizar									-	-
Dividendos										
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Marion, José Carlos (2009) p.443

2.3.4 Demonstração dos fluxos de caixa do período

Segundo Marion (2012) a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) mostra a origem de todo dinheiro que entrou no caixa e sua aplicação, mostrando suas saídas do caixa e o resultado do fluxo financeiro.

A DFC é uma demonstração que tem como finalidade auxiliar nas tomadas de decisões da empresa, permite também a análise da capacidade da empresa em honrar suas dívidas e realizar investimentos.

Azevedo (2009) mostra que o principal objetivo da DFC é apresentar aos usuários, informações importantes sobre as variações de entrada e saída de caixa de uma entidade num determinado período ou exercício, tendo sentido de evidenciar e tornar transparente a situação financeira da entidade.

Santos (2011) afirma que a DFC é de suma importância, pois permite a todos os seus usuários uma base para análise da capacidade de gerar recursos financeiros ou mesmo caixa e os equivalentes de caixa e assim permite também uma análise de como a organização poderá utilizar esses recursos disponíveis.

A DFC pode ser elaborada pelo método direto ou indireto, sendo que de acordo com IUDÍCIBUS o método direto mostra:

> as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, como os recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos a fornecedores e empregados. O saldo final das operações expressa o volume líquido de caixa provido ou consumido pelas operações durante um período. (IUDÍCIBUS 2003, p. 402)

Segundo Marion (2010) o método indireto apresenta a mesma estrutura do método direto, porém a principal diferença entre ambos está na formulação do fluxo operacional, onde ao invés de iniciar com apenas os recebimentos e pagamentos ocorridos como ocorre no método direto, será apresentado o lucro líquido ou prejuízo do exercício anterior com seus devidos ajuste.

O método indireto caracteriza-se por fazer a ligação do lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas operações da empresa. Portanto, nesse modelo, a DFC parte, obrigatoriamente, do lucro líquido apurado na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), possibilitando verificar o quanto do lucro efetivamente impactou o caixa da organização.

2.3.5 Notas explicativas

Segundo afirma Padoveze (2011),

> A finalidade das Notas Explicativas é proporcionar aos usuários perfeito entendimento dos relatórios básicos numéricos já apresentados, com informações de caráter descritivo, informando os principais critérios, e eventuais modificações, que foram utilizados na elaboração dos relatórios contábeis.
> Outra utilidade das Notas Explicativas é o detalhamento numérico de algumas rubricas do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados, que podem ser objeto de averiguação mais especifica. (PADOVEZE, 2011 p.418)

Para Marion (2009) as notas explicativas também são conhecidas como "Notas de Rodapé", pois são normalmente destacadas após as Demonstrações Financeiras ao serem publicadas. A lei das sociedades por ações estabelece que as demonstrações sejam complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

Segundo Padoveze (2012) as companhias que apresentam relatórios financeiros intermediários devem apresentar no mínimo notas explicativas referente á:

a) Políticas Contábeis;

b) Relatórios por segmento econômico e por área geográfica, indicando receitas, despesas e resultados de cada um dos segmentos da empresa;

c) Eventos materiais subsequentes á data do relatório financeiro intermediário;

d) Dividendos pagos;

e) Emissão, recompras e reembolsos de valores mobiliários representativos de dívidas e de capital próprio;

f) Passivos contingentes.

2.3.6 Demonstração do resultado abrangente do período

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 26 afirma que as entidades devem apresentar em duas demonstrações: demonstração do resultado do período e demonstração do resultado abrangente do período, todos os itens de receitas e despesas que foram reconhecidos no período. Sendo que a demonstração do resultado abrangente do período começa com o resultado líquido e inclui outros resultados abrangentes.

> Os resultados abrangentes devem apresentar rubricas para valores de outros resultados abrangentes no período, classificadas por natureza (incluindo a parcela de outros resultados abrangentes de coligadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizada utilizando o método da equivalência patrimonial) e agrupadas naquelas que, de acordo com outros Pronunciamentos do CPC:
> (a) não serão reclassificadas subsequentemente para o resultado do período; e

> (b) serão reclassificadas subsequentemente para o resultado do período quando condições específicas forem atendidas. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC 26)

2.4 Requisitos mínimos da demonstração contábil intermediária

As demonstrações intermediárias buscam aumentar a confiabilidade entre os investidores e credores a fim de entender melhor a capacidade de empresa em gerar lucros, liquidez e fluxo de caixa.

O Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC 21) define como período intermediário como sendo um "[...] período inferior àquele do exercício social completo". Através disso CPC 21 (R1) não especifica quais empresas e com qual frequência devem ser publicadas as demonstrações intermediarias, mas orienta que as empresas devem disponibilizar demonstrações contábeis intermediárias pelo menos semestralmente e provê-las em até 60 dias após o fim do período intermediário, devido a isso Comissão de Valores Mobiliários (CVM) através da deliberação Nº 581, de 31 de julho de 2009, aprova e torna obrigatória a publicação do CPC 21 (R1) para companhias de capital aberto.

O CPC 21 (R1) define o conteúdo mínimo a demonstração intermediaria como sendo demonstrações contábeis condensadas e as notas explicativas selecionadas tendo como objetivo prover atualização com base nas últimas demonstrações contábeis anuais completas, tendo como foco principal novas atividades, eventos e circunstâncias e não duplicam informações previamente reportadas.

Através disso o mínimo que se deve incluir nas demonstrações intermediarias de acordo com o Comitê de Pronunciamento contábil (CPC 21), podendo as demonstrações do resultado abrangente ser apresentada como parte da demonstração das mutações do patrimônio líquido, e com isso atender as exigências do CPC 21 (R1):

> (a) balanço patrimonial condensado;
> (b1) demonstração condensada do resultado do exercício;
> (b2) demonstração condensada do resultado abrangente;
> (c) demonstração condensada das mutações do patrimônio líquido;
> (d) demonstração condensada dos fluxos de caixa; e
> (e) notas explicativas selecionadas. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, CPC 21).

2.4.1 Período de divulgação das demonstrações contábeis intermediárias

O CPC 21 (R1) defende que algumas demonstrações devem ser apresentadas juntamente com as informações da última divulgação de mesmo período, isso para auxiliar no processo comparativo, esse caso se aplica ao balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração da mutação do patrimônio líquido e o fluxo de caixa.

O pronunciamento 21 (R1) ainda relata os prazos, onde é apresentada uma data limite para a divulgação das informações. Esses prazos enquadram dois tipos de empresas, as que divulgam informações semestralmente, e as que divulgam trimestralmente.

2.4.2 Entidade que divulga ou publica demonstrações contábeis intermediárias semestralmente

O pronunciamento estabelece os seguintes prazos para as entidades que publicam ou divulgam as demonstrações contábeis intermediarias semestralmente: O exercício social da entidade se encerra em 31 de dezembro (ano calendário). A entidade deverá apresentar as seguintes demonstrações contábeis (condensadas ou completas) no seu relatório intermediário semestral de 30 de junho de 20X1:

a) Balanço Patrimonial:
   - Em 30 de junho de 20X1 31 de dezembro de 20X0;

b) Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente
   - 6 meses finalizando em 30 de junho de 20X1 30 de junho de 20X0;

c) Demonstração dos Fluxos de Caixa
   - 6 meses finalizando em 30 de junho de 20X1 30 de junho de 20X0;

d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
   - 6 meses finalizando em 30 de junho de 20X1 30 de junho de 20X0.

2.4.3 Entidade que divulga ou publica demonstrações contábeis intermediárias trimestralmente

O CPC 21 (R1) estabelece prazos para as entidades que publicam ou divulgam as demonstrações contábeis intermediárias trimestralmente, o exercício social da entidade se encerra em 31 de dezembro (ano calendário). A entidade deverá apresentar as seguintes demonstrações contábeis (condensadas ou completas) nos seus três relatórios intermediários trimestrais, de 31 de março de 20X1 (1º trim 20X1), de 30 de junho de 20X1 (2º trim 20X1) e de 30 de setembro de 20X1 (3º trim 20X1):

a) *Balanço Patrimonial* no final do período intermediário e balanço comparativo do ano financeiro imediatamente anterior:
   - 31-mar-20X1 e 31-dez-20X0
   - 30-jun-20X1 e 31-dez-20X0
   - 30-set-20X1 e 31-dez-20X0

b) *Demonstrações do Resultado e do Resultado Abrangente* do período intermediário corrente e acumulado do ano, comparadas com os mesmos períodos do ano anterior:

- 1º Trim 20X1:

(três meses) 01-jan-20X1 a 31-mar-20X1 e 01-jan-20X0 a 31-mar-20X0

- 2º Trim 20X1:

(seis meses) 01-jan-20X1 a 30-jun-20X1 e 01-jan-20X0 a 30-jun-20X0

(três meses) 01-abr-20X1 a 30-jun-20X1 e 01-abr-20X0 a 30-jun-20X0

- 3º Trim 20X1:

(nove meses) 01-jan-20X1 a 30-set-20X1 e 01-jan-20X0 a 30-set-20X0

(três meses) 01-jul-20X1 a 30-set-20X1 e 01-jul-20X0 a 30-set-20X0

c) *Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido* acumulada no ano até a data do período intermediário, comparada com o mesmo período do ano anterior:

- 1º Trim 20X1: (três meses) 01-jan-20X1 a 31-mar-20X1 e 01-jan-20X0 a 31-mar-20X0
- 2º Trim 20X1: (seis meses) 01-jan-20X1 a 30-jun-20X1 e 01-jan-20X0 a 30-jun-20X0
- 3º Trim 20X1: (nove meses) 01-jan-20X1 a 30-set-20X1 e 01-jan-20X0 a 30-set-20X0

d) *Demonstração dos Fluxos de Caixa* acumulada no ano até a data do período intermediário, comparada com o mesmo período do ano anterior:

- 1º Trim 20X1: (três meses) 01-jan-20X1 a 31-mar-20X1 e 01-jan-20X0 a 31-mar-20X0
- 2º Trim 20X1: (seis meses) 01-jan-20X1 a 30-jun-20X1 e 01-jan-20X0 a 30-jun-20X0
- 3º Trim 20X1: (nove meses) 01-jan-20X1 a 30-set-20X1 e 01-jan-20X0 a 30-set-20X0

2.5 Receita ocorrida sazonalmente, ciclicamente ou ocasionalmente

Em relação receitas ocorridas sazonalmente, é defendido pelo comitê de pronunciamentos contábeis, através do CPC 21 (R1), que elas não devem ser diferidas ou antecipadas, essas receitas devem ser registradas em seu momento de ocorrência, trazendo maior transparência e aplicabilidade do principio de competência.

2.6 Princípios de reconhecimento e mensuração

Respeitando e indo de acordo com a defesa dos princípios contábeis, é possível encontrar dentro do pronunciamento em questão critérios para auxiliar no reconhecimento e na mensuração de eventos contábeis.

É defendido através do CPC 21 (R1), que custos que geralmente tendem a ocorrer no final do ano, não devem ser antecipados nas demonstrações intermediárias, indicando que a intenção ou a necessidade de incorrer em gastos relacionados a eventos futuros não são suficientes para o surgimento da obrigação, levando, novamente a importância do princípio da ocorrência. Em relação a provisão, ela é indicada somente quando a entidade não possuir uma alternativa realista. Essas informações devem constar tanto nas demonstrações intermediárias quanto nas anuais, indicando coerência nos dados, agindo de forma coerente com o principio da prudência. Todos os casos apresentados no pronunciamento em questão, tem como respaldo os princípios e sua aplicação.

Para se fazer o reconhecimento e a mensuração nas demonstrações intermediárias deve-se ter bem claro as definições de ativos, passivos, receitas e despesas, sendo de fundamental importância para o reconhecimento ao término de ambos os períodos anuais e intermediários.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 21 (R1) mostra que “[...] os princípios de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas para esses períodos intermediários devem ser os mesmos que os das demonstrações contábeis anuais”. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC 21)

O CPC 21 (R1) entende que um período intermediário é parte de um período financeiro mais amplo, através disso as empresas devem aplicar as mesmas politicas contábeis anuais, nas suas demonstrações contábeis intermediárias, tendo como exceção as alterações de políticas contábeis feitas depois da data da mais recente demonstração contábil anual, as quais irão ser refletidas nas próximas demonstrações contábeis anuais.

Somente poderá reconhecer uma despesa que ocorreu no período intermediário, sendo vedado a mensuração de custos que iram incorrer.

2.7 Uso da estimativa

De acordo com o CPC 21 (R1) os procedimentos de mensuração a exemplo de estoques, Provisões, Tributo sobre o lucro, Contingências devem utilizar de estimativas na demonstração contábil intermediária de modo a assegurar que as informações resultantes sejam confiáveis e que todas as matérias relevantes para a compreensão da posição real que a empresa se encontra sejam divulgadas da forma mais clara possível. O CPC 21 (R1) também afirma que as mensurações em ambos os relatórios anuais e intermediários sejam geralmente baseadas em estimativas razoáveis, pois a elaboração das demonstrações contábeis intermediárias geralmente requer maior uso de métodos de estimativas do que a elaboração das demonstrações contábeis anuais.

2.8 Tipos de orçamento no planejamento bancário

Muitas das vezes o que as empresas geram de caixa acaba por não ser o suficiente para honrar com seus compromissos e fazer investimentos, assim muitas entidades buscam através de capital de terceiros, uma forma de captar recursos para atender suas necessidades, por isso muitas dessas empresas buscam o financiamento bancário como uma alternativa financeira para possíveis investimentos.

Ter um planejamento orçamentário detalhado com todas as necessidades é uma forma de auxilio para as empresas nos processos de tomada de decisão afim de gerenciar e controlar a aplicação desses recursos de forma mais eficaz na organização.

De acordo Almeida (2010) as empresas têm a sua disposição o orçamento empresarial, que possibilita e proporciona mensurar qual a real necessidade da empresa de buscar e contratar um financiamento e qual sua efetiva capacidade realizar o pagamento desses recursos captados, com isso a falta de planejamento pode gerar dificuldades financeiras advindas da impossibilidade de não honrar com seus compromissos assumidos.

Frezatti (2005) acredita que o orçamento tem que ser desenvolvido em níveis para sua melhor aplicação, mas que a culpa por não alcançar as metas traçadas deve ser atribuída ao seu uso incorreto, entretanto, considera que o processo orçamentário possui semelhanças com um vírus, onde trará consequências diretas e nocivas para a organização.

O orçamento busca cumprir um papel decisório no processo de planejamento da organização ligando aos objetivos definidos pela organização.

2.8.1 Orçamento de vendas

A principal função de um orçamento de vendas é a determinação do nível de atividades futuras da empresa. Sanvicente afirma que:

> Todos os demais orçamentos parciais são desenvolvidos em função do orçamento de vendas, ou seja, tendo se determinado o que será vendido, em que quantidades e quando, e conta se com as informações principais para a determinação dos recursos necessários para o atendimento dessas vendas em quantidade, qualidade e por período de tempo. (SANVICENTE, 2000 p. 43)

Cabe ao executivo máximo da área de operações a responsabilidade pela elaboração do orçamento de vendas, entretanto, dada a sua importância para toda a empresa, admite se à diretoria a revisão final e aprovação.

Para Welsch (1983) as vendas representam a fonte básica de entrada de recursos monetários, o volume de despesas a ser planejado, os investimentos adicionais em ativo imobilizado, o nível de produção, as necessidades de mão de obra e outros aspectos operacionais importantes que são dependentes do orçamento de vendas.

Por fim o orçamento de vendas é apresentado em tabelas onde são discriminadas as receitas, para um determinado período considerado, individualizadas por produto, pelas famílias de produtos, por regiões geográficas, por filiais da empresa e etc.

2.8.2 Orçamento de caixa

A projeção do fluxo de caixa é uma atividade indispensável para a grande maioria das empresas. Em grandes empresas a projeção do fluxo de caixa pode requerer grande complexidade, empregando se até conceitos probabilísticos e sistemas em computador.

De acordo com Sanvicente:

> Com o baixo ou elevado grau de formalização, o fato é que a grande maioria das empresas elabora algum tipo de projeção do fluxo de caixa. As razões para isso se predem ao fato de que em economias inflacionárias a manutenção de elevados saldos de caixa implica prejuízos devidos ao decréscimo do poder aquisitivo desses valores, além dos juros correspondentes, ou seja, o valor do dinheiro que poderia estar sendo aplicado produtivamente. Por outro lado, as faltas imprevistas de caixa trazem como consequência maiores ônus financeiros na obtenção de empréstimos, além de poderem desacreditar a empresa junto aos credores.
> (SANVICENTE, 2000 p.155)

2.8.3 Orçamento de despesa administrativa e vendas

Entretanto Sanvicente (2000) considera que orçamento de despesa administrativa são todos os gastos necessários para a gestão de uma empresa e também os itens relativos á pessoal, viagens, telefone, material de escritório, depreciação, seguros, energia elétrica e serviços prestados por terceiros.

Todas as áreas de uma empresa contam com funcionários e serviços relativos à gestão de suas atividades, as despesas administrativas em uma empresa são incorridas nas áreas de secretarias, diretoria, presidência, custos, dentre outras. Sanvicente afirma que "[...] as despesas administrativas são por natureza, predominantemente despesas fixas". (SANVICENTE, 2000 p. 113).

Já o orçamento de despesas de vendas compreende todos os gastos relacionados com a venda e distribuição dos produtos, onde serão maiores ou menores em função dos esforços necessários para que as vendas previstas sejam realizadas. A conjunta elaboração de orçamento de receitas de vendas e de despesas pode ser feita a partir de uma determinada fase preliminar, das vendas desejadas e a seguir o que deverá ser feito para possibilita-las. Como exemplos de orçamento de vendas podemos citar comissão, marketing, dentre outros.

2.9 Tipos de empréstimos

Ao se tratar de empréstimos, as instituições financeiras destacam duas modalidades, o empréstimo com garantias e o empréstimo sem garantias.

Segundo Neves (1997), a garantia pode ser definida como "[...] meio de assegurar ou acautelar o direito de outro, contra qualquer lesão resultante do descumprimento de uma obrigação, sendo uma forma de proteção que a ordem jurídica dispensa à pessoa ou ao direito de cada um".

Através da análise de crédito efetuada pela instituição, é possível que ocorra a necessidade de ser vinculado um bem do tomador para que se concretize o ato do empréstimo, dando uma garantia a instituição, caso não ocorrendo o pagamento, o bem é por direito da entidade que cedeu o empréstimo, essa modalidade é chamada de empréstimo com garantia.

Almeida (2010) citado por Ross (2009, p. 6) exemplifica garantias bancárias : "[...] em empréstimos com garantia essas podem ser duplicatas a receber (antecipação de cartão e desconto de duplicatas) e estoques (bens, como no caso do leasing – alienação fiduciária-guarda em armazém e estoques em geral). " A maioria dos ativos podem ser ofertados como

forma de garantia, geralmente imóveis, veículos e cheques pré datados são bem aceitos pelas instituições.

Entretanto, é sabido que empréstimos com garantia tendem a ter uma taxa de juros mais atrativa, uma vez que a instituição financeira possui uma maior segurança em seu recebimento.

2.10 Obrigações tributárias das instituições bancárias

As Instituições financeiras assim como as demais empresas possuem obrigações sociais, trabalhistas, tributárias referentes á sua atividade econômica. Possuem a necessidade de adquirir recursos para financiar suas despesas, receitas essas decorrentes de contratos administrativos, multas, indenizações, fianças, adjudicações e tributos conforme descreve Melo (2002).

De acordo com Código Tributário Nacional, em seu Art. 3º tributo é "[...] toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada". (CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, 1966).

Os tipos de tributos são: impostos, taxas e contribuições sociais conforme descreve Melo.

> a) Imposto: é um tributo que tem como fato gerador situação independente de sua atividade estatal, representando fato próprio do contribuinte sem obrigação do Estado para com ele, conforme descrito no Código Tributário Nacional.
> b) Taxa: está diretamente ligada ao contribuinte, devido a sua característica de contraprestação, representada por serviços prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição e em função do poder de policia. As taxas não podem ter base de cálculo igual a dos impostos de acordo com a Constituição Federal.
> c) Contribuição de Melhoria: são cobradas em função de obras públicas que garantam valorização imobiliária, a cobrança é limitada ao valor total da obra, limite total e como limite individual o valor de acréscimo que da obra resultar a cada imóvel.
> d) Contribuição Social: criadas no interesse da seguridade social, são financiadas por toda sociedade de forma direta ou indireta, incidindo sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho conforme exposto na Constituição Federal. (MELO, 2002, p. 44).

Segundo Martins tributo é:

> Tributo é o objeto da relação tributaria. É uma prestação de dar, de pagar. Não se trata de obrigação de fazer ou não fazer. O tributo é compulsório, por independer da vontade da pessoa de contribuir. A previsão do tributo deve estar inserida em lei para que possa ser cobrada de acordo com o princípio da escrita legalidade tributaria. (MARTINS, 2012 p.153)

Entretanto Código Tributário Nacional diferencia os diversos tipos de tributos e através do Art. 16 define imposto como “[...] tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação”. (CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, 1966).

Martins mostra as características dos impostos.

> [...] os impostos terão carácter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetos, identificar respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte. Martins, Sergio Pinto (MARTINS 2012 p.154-155).

PÊGAS (2011) esclarece que alíquota é um percentual defino em lei que, aplicado sobre a base de cálculo, determinado assim o valor do tributo a ser pago.

Segundo Martins “[...] alíquota é o percentual que irá incidir sobre a base de cálculo para apurar-se o montante devido do tributo”. (MARTINS 2012 p.171).

3 METODOLOGIA

3.1 Tipos de pesquisas

Quanto aos fins segundo Gil (1999) as pesquisas podem ser classificadas quanto aos fins sendo elas pesquisa exploratória, pesquisa descritiva e pesquisa explicativa. O que vai definir o enquadramento em um ou outro tipo de pesquisa são os objetivos introduzidos no trabalho.

A Pesquisa exploratória segundo Gil (1999) é elaborada no sentido de possibilitar uma visão geral a respeito de determinado fato.

Ainda na concepção de Gil (1999) a pesquisa descritiva tem por objetivo principal expor características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis. Dentre suas características principais a mais significativa delas é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Citando ainda Gil (1999) pesquisa explicativa tem por finalidade identificar os fatores que contribuem ou determinam para o acontecimento dos fenômenos.

Quanto aos meios Gil ressalta que "o elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para coleta de dados". (GIL 1999, p.65). Quanto aos meios refere se ao modo pelo qual se conduz o estudo, com isso, se obtêm os dados. Nessas tipologias enquadram se o estudo de caso, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de levantamento, a pesquisa documental, a pesquisa experimental e a pesquisa participante.

Cervo e Bervian citados por Fabiano e Ilse definem a pesquisa bibliográfica como a que:

> [...] explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva e experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais e cientificas do passado existente sobre um determinado assunto, tema ou problema. (CERVO; BERVIAN 1983, p.55)

A pesquisa bibliográfica explicada por Gil (1999) é elaborada mediante a material já publicado, principalmente em artigos científicos e livros.

Se tratando de estudos contábeis Fabiano e Ilse (2003) explicam que a pesquisa bibliográfica está sempre presente em estudos acadêmicos. Publicações feitas por autores sobre a teoria e a prática contábil podem auxiliar o estudante a conhecer o que foi elaborado de importante, no sentido de procurar formular teorias novas ou mesmo elucidar teorias já existentes.

Para atingir o objetivo proposto neste trabalho, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, com o intuito de se obter informações para um melhor entendimento do assunto investigado, afim de identificar propósitos, fatores e contribuir para uma melhor compreensão da pesquisa.

Na concepção quanto á abordagem do problema destacam se as pesquisas qualitativas e quantitativas.

Fabiano e Ilse (2003) explicam que em uma pesquisa qualitativa figuram-se análises mais profundas em relação ao evento que está sendo estudado. Uma abordagem qualitativa visa apontar características não observadas através de um estudo quantitativo. Uma abordagem qualitativa está em função da questão-problema a avaliar. Essa tipologia de pesquisa é de grande importância no aprofundamento de questões associadas ao desenvolvimento da Contabilidade, seja no campo teórico ou prático.

Essa se classifica como sendo de caráter qualitativo, pois os métodos e as características utilizadas são de observação e análise documental, visando um estudo das informações divulgadas nos relatórios financeiros de duas empresas de ramos distintos de atuação que utilizam informações do Comitê de pronunciamentos Contábeis (CPC) 46 em suas demonstrações contábeis para a mensuração do valor justo dos seus ativos e passivos.

Ainda de acordo Fabiano e Ilse (2003) o tratamento de uma pesquisa quantitativa caracteriza se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta de dados como no tratamento dos dados.

As informações documentais foram extraídas das notas explicativas das empresas analisadas para atingir os objetivos já então estabelecidos neste trabalho.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

4.1 A empresa

O Banco do Brasil foi o primeiro banco a operar no País e, hoje, é a maior instituição financeira do Brasil. É uma sociedade anônima de capital misto, controlada pela União, onde pode exercer atividades próprias operando como banco comercial e banco de desenvolvimento, financiando atividades rurais, industriais, comerciais e serviços, além de fomentar a economia de diferentes regiões.

Possui mais de 200 anos de existência, e nesses anos acumulou experiências e pioneirismos, participando da história e da cultura brasileira. Sua marca é hoje uma das mais conhecidas e valiosas do país, acumulando durante sua história atributos de confiança, modernidade, segurança e credibilidade.

O Banco do Brasil registrou o maior lucro líquido entre os bancos brasileiros no exercício 2008, ano em que houve uma das maiores crises financeiras globais, onde a consequência imediata foi falta de liquidez. Foi em outubro desse mesmo ano que o Banco do Brasil completou 200 anos, foi um marco de uma empresa intimamente relacionada com o desenvolvimento e história do país, e situada entre as grandes empresas mais duráveis do mundo.

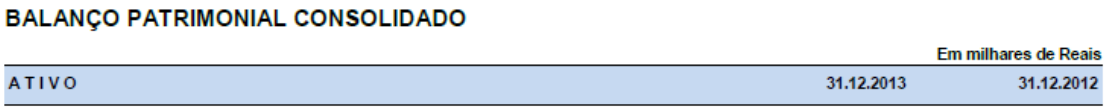
4.2 Diferenças de reconhecimentos das demonstrações anuais para demonstrações intermediárias

Os Relatórios contábeis emitidos pelo Banco do Brasil não diferem em relação a quantidade de demonstrações emitidas, sendo anuais ou intermediárias, apesar de ser permitido pelo pronunciamento contábil, a entidade divulga a mesma quantidade de informações nos relatórios intermediários e anuais. Ambas as demonstrações apresentadas contemplam os seguintes dados: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado.

O balanço patrimonial emitido no relatório anual faz comparações com os dados apresentados no exercício passado, já o balanço encontrado na demonstração intermediária além de fazer a comparação com exercício passado, contempla também os valores demonstrados na divulgação intermediária competente ao mesmo mês do exercício passado, como é demonstrado a seguir:

a) Balanço Patrimonial Exercício de 2013

Figura 5 – Balanço Patrimonial Banco do Brasil 2013



BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

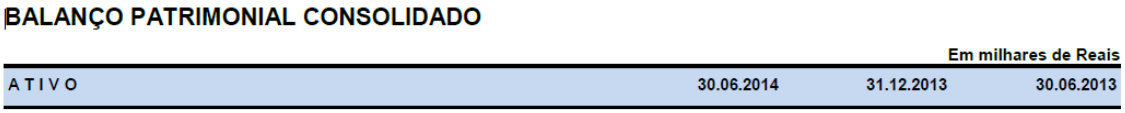
Em milhares de Reais

ATIVO	31.12.2013	31.12.2012

Fonte: Adaptado de Demonstrações Contábeis exercício 2013

b) Balanço Patrimonial Intermediário 1° Trimestre de 2014

Figura 6 – Balanço Patrimonial Consolidado Banco do Brasil 2014



BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em milhares de Reais

ATIVO	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013

Fonte: Demonstrações Contábeis 1º Semestre Banco do Brasil 2014

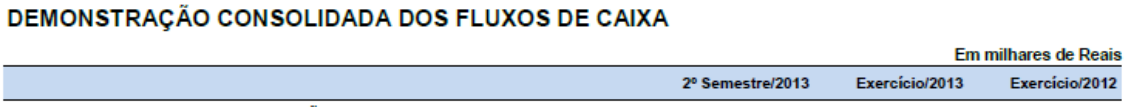
A Demonstração do Resultado do Exercício de 2013 apresenta valores do exercício findo, dos valores do exercício passado e em uma terceira coluna com os valores da segunda divulgação intermediária do exercício de 2012. A Demonstração intermediária apresenta o valor apurado até o período competente e traz um quadro comparativo com o mesmo período do exercício anterior, apresentadas da seguinte forma: 1° Trimestre de 2014 e 1° Trimestre de 2013.

Ambas as Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido partem da data de 31/12/2011, passando por 2012 e 2013. Com diferença em relação às datas, pode ser apontado apenas que a intermediária contempla as informações ocorridas no primeiro trimestre de 2014, o que não poderia ocorrer com a demonstração apresentada do exercício de 2013, uma vez que não veio a ocorrer até esse período.

A Demonstração de Fluxo de Caixa obedece aos mesmos critérios referentes às datas comparativas da DRE, como exemplo são apresentadas as figuras abaixo:

c) Fluxo de Caixa – Exercício de 2013

Figura 7 – Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa 2013



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

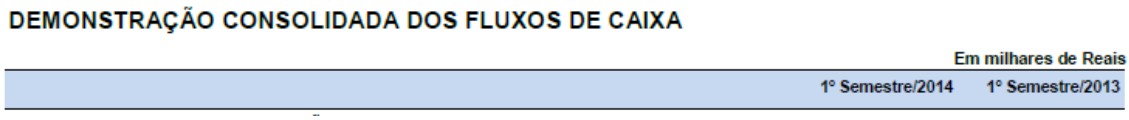
Em milhares de Reais

	2º Semestre/2013	Exercício/2013	Exercício/2012

Fonte: Adaptado de Demonstrações Contábeis exercício 2013

d) Fluxo de Caixa – Demonstração Intermediaria 1° Trimestre de 2014

Figura 8 – Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa 1° Semestre 2014



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de Reais

	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013

Fonte: Demonstrações Contábeis 1º Semestre Banco do Brasil 2014

O mesmo ocorre com a Demonstração do Valor Adicionado. São apresentados dados do exercício findo de 2013, do exercício findo em 2012 e da segunda divulgação intermediária apresentada do ultimo exercício fechado para o relatório anual e no relatório intermediário é apresentado os dados do trimestre em questão confrontados com os dados do mesmo trimestre do período passado.

4.3 Eventos e transações significativas

De acordo com o CPC 21 (R1) algumas transações são consideradas como sendo as de maior relevância na divulgação das demonstrações intermediárias, pelo fato de refletirem acontecimentos significativos sobre a posição da empresa, sendo que estas informações influenciam diretamente na tomada de decisões principalmente de investidores/acionistas. Algumas das informações orientadas pelo CPC são: Liquidações de processos judiciais ou administrativos e Transações com partes relacionadas. Abaixo as informações que o Banco do Brasil divulgou na demonstração do 1º semestre de 2014.

a) Liquidações de processos judiciais ou administrativos: No banco do Brasil os processos judiciais são classificados em Demandas Trabalhistas, Fiscais e cíveis.

- Demandas Trabalhistas: O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários

pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

- Ações fiscais: O Banco está sujeito à fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias – a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF.
- Ações de Natureza Cível: Onde se destacam as de cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos.

Todas estas demandas podem ser classificadas em Prováveis, assim devem ser registradas, pois são consideradas um evento certo; Possível não deve ser registrado mais apresentado em nota é um evento que pode não acontecer e por fim evento remoto que não deve ser registrado e nem demonstrado em notas explicativas pois, a chance de ocorrer é quase que nula.

No quadro abaixo temos as demandas classificadas em Constituição que são os processos novos que surgiram no período, onde podemos afirmar que em relação ao mesmo período do ano passado não apresentou grande crescimento. Reversão da constituição que pode ser por baixa, onde a empresa pode ter ganhado a causa e esta é revertida, ou o valor a pagar é diminuído e parte pode ser revertido; e por pagamento onde o processo de pagamento tenha finalizado.

Analisando o que a empresa apresentou de movimentação em termos de processos, podemos afirmar que a maior parte dos processos do Banco do Brasil, são por demandas Cíveis, e a movimentação com maior volume financeiro foi a reversão de demandas trabalhistas.

Abaixo figura que demonstra sobre as explicações acima:

Figura 9 - Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Demandas Trabalhistas		
Saldo Inicial	**3.425.747**	**2.945.490**
Constituição	699.303	699.614
Reversão da provisão	(975.071)	(93.025)
Baixa por pagamento	(377.032)	(349.977)
Atualização monetária	186.641	118.141
Saldo Final	**2.959.588**	**3.320.243**
Demandas Fiscais		
Saldo Inicial	**2.016.385**	**2.020.124**
Constituição	207.064	221.061
Reversão da provisão	(114.388)	(19.099)
Baixa por pagamento	(6.356)	(6.783)
Atualização monetária	57.139	32.878
Valores adicionados/incorporados	--	3.290
Saldo Final	**2.159.844**	**2.251.471**
Demandas Cíveis		
Saldo Inicial	**4.811.852**	**4.208.172**
Constituição	2.417.138	2.749.307
Reversão da provisão	(1.487.531)	(1.214.156)
Baixa por pagamento	(485.931)	(292.155)
Atualização monetária	121.888	67.570
Saldo Final	**5.377.416**	**5.518.738**
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	**10.496.848**	**11.090.452**

Fonte: Demonstrações Contábeis 1º Semestre Banco do Brasil 2014

b) Transações com partes relacionadas: Compreendem os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco do Brasil, formado pela Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A evidenciação dos valores repassados ao pessoal chave da administração possui vários objetivos a exemplo de, a empresa não está apresentado bons resultados mais o valor das partes relacionadas estão bem maiores do que deveria, indicando que há algo de errado na distribuição financeira. Ponto importante que foi evidenciado na nota explicativa da empresa é o fato de não haver empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, pois há o risco de empréstimos como valores diferenciados (isenção ou cobrança de juros inferiores ao cobrados da sociedade), ou seja, usar do cargo para conseguir benefícios.

Abaixo figura que evidencia os valores distribuídos as partes relacionadas no 1º semestre de 2014:

Figura 10 - Partes Relacionadas

	1º Semestre/2014	1º Semestre/2013
Benefícios de curto prazo	18.637	24.117
Honorários	13.020	11.846
Diretoria Executiva	11.745	10.643
Comitê de Auditoria	993	942
Conselho de Administração	145	114
Conselho Fiscal	137	147
Participações no lucro	4.883	11.676
Outros	734	595
Remuneração baseada em ações (1)	3.369	--
Total	22.006	24.117

Fonte: Demonstrações Contábeis 1º Semestre Banco do Brasil 2014

4.4 Impactos dos tributos na receita operacional do Banco do Brasil

A prática do fato gerador pelo contribuinte, que é algo previsto em lei, onde vai gerar a obrigatoriedade de pagar o tributo, passa a ser de suma importância para as instituições a analise do impacto dessas obrigações em suas receitas operacionais passando a ser hoje primordial para a gestão das empresas.

De acordo com a análise de desempenho 2T14 do Banco do Brasil, os principais impostos aplicáveis a instituições financeiras são:

Tabela 1 – Alíquotas incidentes sobre os tributos pagos

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	15%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

Fonte: Análise de desempenho 2T14 do Banco do Brasil

Para o Banco do Brasil o principal fator que gera o credito tributário são as diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável, pois para o imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, a legislação vigente define que as receitas e despesas somente serão reconhecidas quando realmente o fato vier a ocorrer, por mais que já se saiba da obrigação.

De acordo com a análise de desempenho 2T14 do Banco do Brasil, "os créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais de Imposto de Renda e de base negativa de

Contribuição Social representam um benefício fiscal pela possibilidade de sua compensação conforme ocorra geração de lucro tributável futuro".

Através da análise da demostração do valor adcionado, consegue-se verificar qual foi o destino das riquezas geradas pela empresa, principalmente o valor do impactos dos tributos em suas receitas.

Tabela 2 - Demonstração consolidada do valor adicionado

Em milhares de Reais				
	1º Semestre/2014		**1º Semestre/2013**	
Receitas	**70.984.467**		**66.820.870**	
Despesas da Intermediação Financeira	**(40.816.727)**		**(32.060.819)**	
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(5.012.290)**		**(4.758.799)**	
Valor Adicionado Bruto	**25.155.450**		**30.001.252**	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**22.641.715**		**27.861.639**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**(706.241)**		**328.945**	
Valor Adicionado a Distribuir	**21.935.474**	**100,00%**	**28.190.584**	**100,00%**
Valor Adicionado Distribuído	**21.935.474**	**100,00%**	**28.190.584**	**100,00%**
Pessoal	**8.928.882**	**40,70%**	**9.227.018**	**32,73%**
Impostos, Taxas e Contribuições	**6.229.598**	**28,40%**	**8.123.391**	**28,81%**
Federais	5.652.735		7.557.482	
Estaduais	391		497	
Municipais	576.472		565.412	
Remuneração de Capitais de Terceiros	**622.874**	**2,84%**	**554.488**	**1,97%**

Fonte: Adaptado de Análise de desempenho 2T14 do Banco do Brasil

4.5 Classificação das operações de crédito em função do risco

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução no 2.682/1999, determina que as instituições financeiras devem classificar as operações de crédito em função do risco da operação, através de um índice que varia de AA sendo o menor rico possível e o H, sendo o maior risco possível. Isso é levantado, dentre outros fatores, através de analise de credito e o acompanhamento desse credito disponibilizado ao cliente. Isso além de trazer maior segurança para a entidade, pode vir a auxiliar no orçamento de receitas.

A carteira de Risco é apresentada da Seguinte forma:

Figura 11 – Carteira por níveis de Risco e Prazos de Vencimento

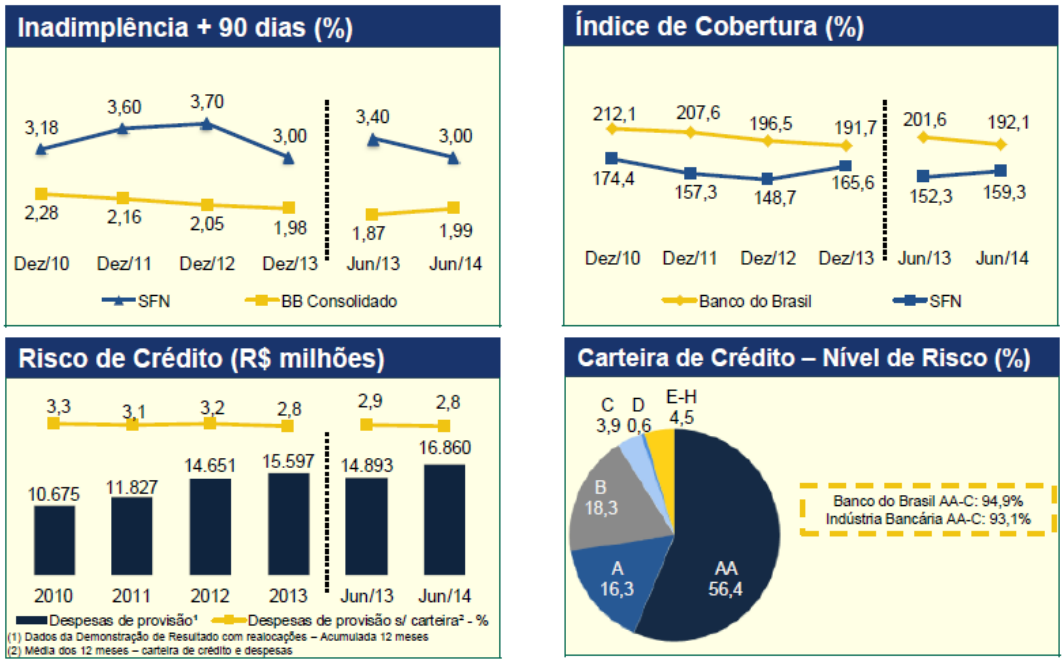
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2013
Operações em Curso Normal												
Parcelas Vincendas (em dias)												
01 a 30	19.705.162	8.764.223	15.184.840	2.175.467	333.431	340.596	61.182	37.287	163.742	46.765.930	43.845.050	42.366.738
31 a 60	15.299.942	5.872.550	6.585.951	1.194.129	158.398	205.116	47.552	39.476	85.174	29.488.288	29.678.235	28.956.286
61 a 90	15.814.121	4.705.344	4.906.704	925.127	97.919	178.597	48.727	29.800	88.537	26.794.876	26.236.547	27.652.979
91 a 180	37.131.838	10.625.375	11.697.972	2.574.138	228.494	473.113	178.842	253.381	239.241	63.402.394	63.658.054	60.434.519
181 a 360	54.355.382	15.312.401	17.470.888	4.190.320	373.729	684.769	211.841	99.601	673.584	93.372.515	100.549.560	86.136.618
Acima de 360	223.057.463	60.600.700	61.289.847	12.141.185	1.365.693	4.130.186	955.817	555.340	3.662.047	367.758.278	338.966.139	311.565.578
Parcelas Vencidas												
Até 14 dias	230.605	153.121	323.833	113.754	24.475	53.025	13.519	15.899	39.874	968.105	688.039	820.073
Demais [1]	449.125	3	–	–	–	–	–	–	–	449.128	611.023	698.207
Subtotal	**366.043.638**	**106.033.717**	**117.460.035**	**23.314.120**	**2.582.139**	**6.065.402**	**1.517.480**	**1.030.784**	**4.952.199**	**628.999.514**	**604.232.647**	**558.630.998**
Operações em Curso Anormal												
Parcelas Vincendas (em dias)												
01 a 30	–	–	151.333	162.766	91.667	125.514	101.193	83.898	397.036	1.113.407	948.391	834.839
31 a 60	–	–	76.325	97.884	63.151	82.688	63.207	51.867	213.711	648.833	600.494	550.594
61 a 90	–	–	64.182	86.773	54.299	69.344	52.965	50.081	215.079	592.723	537.738	528.026
91 a 180	–	–	171.622	238.376	146.234	210.731	159.908	142.379	603.616	1.672.866	1.456.589	1.384.804
181 a 360	–	–	278.254	394.758	229.960	349.015	263.106	250.343	919.918	2.685.354	2.387.361	2.241.624
Acima de 360	–	–	448.968	788.708	486.065	1.014.614	781.347	591.501	2.537.089	6.648.292	6.142.851	6.254.741
Parcelas Vencidas (em dias)												
01 a 14	–	–	21.137	53.261	37.291	33.963	25.545	22.400	94.926	288.523	238.656	238.876
15 a 30	–	–	213.876	117.997	59.396	91.633	39.836	39.721	144.947	707.406	629.950	613.699
31 a 60	–	–	7.339	263.150	114.112	124.131	135.321	80.407	271.744	996.204	1.182.843	841.931
61 a 90	–	–	8	7.115	197.902	136.723	106.852	89.752	282.136	820.488	725.636	628.658
91 a 180	–	–	1	2.756	8.164	181.414	372.934	173.254	720.830	1.459.353	1.303.101	1.034.988
181 a 360	–	–	5	4	2.681	12.746	16.108	491.386	1.291.761	1.814.691	1.611.792	1.090.097
Acima de 360	–	–	9	15	–	1	6.706	11.204	1.098.261	1.116.196	1.341.829	659.251
Subtotal	**–**	**–**	**1.433.059**	**2.213.563**	**1.490.922**	**2.432.517**	**2.125.028**	**2.078.193**	**8.791.054**	**20.564.336**	**19.107.231**	**16.902.128**
Total	**366.043.638**	**106.033.717**	**118.893.094**	**25.527.683**	**4.073.061**	**8.497.919**	**3.642.508**	**3.108.977**	**13.743.253**	**649.563.850**	**623.339.878**	**575.533.126**

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procera, FAT, BNDES e FCO. Está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R$ 34.883 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.

Fonte: Demonstrações Contábeis 1º Semestre Banco do Brasil 2014

Em acréscimo são fornecidos dados em forma de gráfico, a fim de apresentar o percentual de risco e níveis de inadimplência:

Figura 12 – Qualidade dos Ativos



Fonte: Demonstrações Contábeis 1º Semestre Banco do Brasil 2014

Esses dados também e utilizado pelo Banco do Brasil para contabilização da provisão sobre liquidação duvidosa, onde é levado em consideração o enquadramento do indicador, o prazo para pagamento e o tempo de inadimplência do contrato.

4.6 Ética conceitos e aplicações do Banco do Brasil

O Banco do Brasil, zela pela conduta, dos clientes, funcionários, fornecedores, acionistas e parceiros entre outros, onde busca a imparcialidade, afim de conquistar a segurança e a confiança dos mercado em geral.

Devido a isso o próprio banco criou um código de ética próprio, afim de definir regras que norteiam e esclareçam o comportamento esperado e desejado pela instituição para seus cliente, funcionários, acionistas e outras pessoas envolvidas diretamente e indiretamente com o banco.

O código de ética do Banco do Brasil tem como os principais pontos chaves:

a) Clientes:

b) Funcionários e Colaboradores:

c) Fornecedores:

d) Acionistas, Investidores e Credores

e) Parceiros

f) Concorrentes

g) Governos

h) Comunidades

i) Órgãos Reguladores

5 CONCLUSÃO

Cenários como um declínio nos resultados de uma entidade, baixo retorno de investimento, ou até mesmo uma baixa expectativa de crescimento econômico de uma nação, tende vir a não transmitir segurança em um futuro resultado de uma organização, muitas das vezes fazendo com que se minimize a possibilidade de investimentos e até mesmo a fuga de capital. Por outro lado, em um cenário positivo, existe a curiosidade das partes relacionadas em saber a proporção de que essa positividade seja ela do mercado, da entidade, ou do país, pode vir a se transformar em números para uma empresa. Esses números, independente do cenário, são obtidos de duas formas: através de orçamentos e através da divulgação dos resultados. Os orçamentos são apresentados como uma forma de previsão com um respaldo enorme em estudos de tendências e até mesmo do uso estatístico de uma série de dados já ocorridos. Sendo as demonstrações intermediárias necessárias para orientar todos os relacionados na tomada de decisão, dando respaldo a estudos e auxiliando a gestão de entidades e de fundos de investimentos.

A importância das demonstrações intermediárias está em evidenciar novas informações relevantes, sem que haja uma repetição das informações já divulgadas anteriormente.

Entretanto o CPC 21 (R1) define que as demonstrações apresentadas, podem ser consolidadas ou condensadas, ou seja mostrando as contas sintéticas mas evidenciando as alterações relevantes nesses grupos.

Como requisitos mínimos para sua publicação o CPC 21 (R1) define que deve-se apresentar balanço patrimonial condensado; demonstração condensada do resultado do exercício; demonstração condensada do resultado abrangente; demonstração condensada das mutações do patrimônio líquido; demonstração condensada dos fluxos de caixa; e notas explicativas selecionadas, sempre evidenciando principalmente novas atividades e eventos.

Através da análise dessa pesquisa podemos verificar que o Banco do Brasil, apresenta todas as demonstrações contábeis exigidas pelo CPC 21 (R1) de forma consolidada, afim de melhor elucidar o entendimento dos seus cliente e acionistas, fazendo comparativos das suas variações.

Para demonstrar seu compromisso com seus clientes e acionistas, o Banco do Brasil criou um próprio código de ética, a fim de nortear as relações de todas as pessoas envolvidas no seu processo, zelando pela imparcialidade, a fim de demonstrar confiabilidade para as pessoas e o mercado de modo geral.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gisele Gonçalves. **A utilização do orçamento financeiro na tomada de decisão para utilização de financiamento através de recursos de terceiros - financiamento bancário.** 2010. Disponível em: http://www.fadergs.edu.br/esade/user/file/Gisele%20Gon%C3%A7alves.pdf. Acesso em: 10 out. de 2014.

Análise de desempenho 2T14. <http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/2T14AnaliseDesempBR.pdf>. Acesso em: 15 out. de 2014.

AZEVEDO, Osmar Reis. **DFC e DVA**: Demonstração dos fluxos de caixas e demonstração do valor adicionado (destinado às sociedades) **–** 2. Ed. – São Paulo: IOB, 2009.

Banco do Brasil. **Código de ética do Banco do Brasil**. Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/Codigoetica.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

Banco do Brasil. **Demonstrações Contábeis 1º Semestre 2014**. Brasília. 2014. Disponível em < http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/ri/pt/dce/dwn/2T14DemoContBR.pdf> Acesso em: 1 out. 2014

Banco do Brasil. **Demonstrações Contábeis exercício 2013**. Brasília. 2014. Disponível em <http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2013/port/ra/index.htm>. Acesso em: 10 out. 2014

Banco do Brasil. **História do Banco do Brasil S.A.** Disponível em: <http://www.bb.com.br/portalbb/page22,3669,3669,22,0,1,8.bb?codigoNoticia=29857> Acesso em: 12 out. de 2014

BEUREN, I. M. ; RAUPP, Fabiano Maury . **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: Ilse Maria Beuren. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 1ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. Deliberação CVM nº 488, de 03 de outubro de 2005. Aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 27 sobre Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgações. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 out. 2005. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiato.asp?Tipo=D&File=/deli/deli488.htm> Acesso em: 28 set. de 2014.

BRASIL. Resolução CFC N.º 1.282/10, Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC n.º 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2010/001282>. Acesso em: 02 set. de 2014.

Código Tributário Nacional – **Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acesso em: 24 nov. 2014> Acesso em: 02 set. de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.803/96.** Aprova o Código de Ética Profissional do Contador – CEPC. Disponível em: < http://crcmg.org.br/conteudo/download/id/1115.> Acesso em: 15 out. 2014.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa** Disponível em <http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=17>. Acesso em: 28 set. de 2014.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 34 (IASB – BV 2011).** Disponível em < http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/288_CPC_21_R1_rev%2004.pdf>. Acesso em: 18 set. de 2014.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis – Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 1 (IASB – BV 2011).** Disponível em <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2003.pdf>. Acesso em 28 set. de 2014.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC PME (R1).** Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/392_CPC_PMEeGlossario_R1.pdf> Acesso 28 set. de 2014

FREZATTI, Fábio. **Beyond budgeting: inovação ou resgate de antigos conceitos do orçamento empresarial?**. RAE - Revista de Administração de Empresas, vol. 45, núm. 2, abril-junio, 2005, pp. 23-33. Fundação Getúlio Vargas. Brasil. Disponível em:file:///E:/TI%205%C2%BA%20Per%C3%ADodo/BEYOND%20BUDGETING-%20INOVA%C3%87%C3%83O%20OU%20RESGATE%20DE%20ANTIGOS%20CONCEITOS%20DO%20OR%C3%87AMENTO%20EMPRESARIAL-.pdf. Acesso em: 11 out. de 2014.

GANDHI, Mahatma. **Frases de Mahatma Gandhi**. Disponível em: <http://pensamentosefrases.com.br/Mahatma+Gandhi.html>. Acesso em: 06 out. de 2014

GOULART, André Moura Cintra. **Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil**. 2003. 2002f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações:** aplicável às demais sociedades. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2003.

Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras/ Ernest & Young. Fipecafi. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. xxv, 415 p.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 14. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos**. Contabilidade empresarial.** 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Sergio Pinto. **Instituições de direito público e privado** – 12 ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

MELO, José Eduardo Soares de. **Curso de Direito Tributário**. 3ª Ed. São Paulo: Dialética, 2002.

NEVES, Iêdo Batista. "**Vocabulário enciclopédico de tecnologia jurídica e de brocardos latinos. v. 2**". Rio de Janeiro: Forense, 1997.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica:** contabilidade introdutória e intermediária : texto e exercícios. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. **Manual de contabilidade internacional IFRS - US Gaap - BR Gaap:** teoria e prática. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012. xx, 586 p.

PARISI, Cláudio; MEGLIORINI, Evandir (Org.). **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2011.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de contabilidade tributária**. 7. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2011, p. 742.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização**: normas a ABNT para apresentação de teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos. 9. ed. rev. ampl. atual. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011. Disponível em: <http://www.pucminas.br/biblioteca>. Acesso em: 20 out. 2014.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade Societária.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SANVICENTE, Antonio Zoratto; SANTOS, Celso da Costa. **Orçamento na administração de empresas:** planejamento e controle. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2000.

WELSCH, Glenn Albert**. Orçamento empresarial** / Glenn A. Welsch; tradução e adaptação à terminologia contábil brasileira de Antônio Zoratto Sanvicente. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1983.